

Os Açores e os Estados Unidos da América no “Longo Século XIX”

Carlos Guilherme Riley

Universidade dos Açores. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20 – Coimbra).

Resumo

Contrariando a ideia generalizada de que as relações bilaterais luso-americanas (e o papel nelas desempenhado pelos Açores) se circunscvem à Base das Lajes e ao chamado “*short american century*”, este artigo procura abordar numa perspetiva histórica as relações entre as ilhas dos Açores e os Estados Unidos da América no transcurso do “longo século XIX”, ou seja, desde os finais do século XVIII até ao deflagrar da Grande Guerra de 1914-1918.

Abstract

The Azores and the United States of America in the “Long Nineteenth Century”

The Portuguese-American relations were strongly enhanced on the short American century by the “Azores Agreements”, so says the conventional wisdom. The Azores were indeed instrumental for the strengthening of those bilateral relations during the Cold War, but this paper takes a different approach to the subject looking at the Azores and the United States in the “long nineteenth century”.

Coube ao britânico Eric Hobsbawm cunhar a expressão “longo século XIX” no vocabulário da historiografia contemporânea, dando-lhe corpo e forma na sua famosa trilogia – *The Age of Revolution, 1789-1848*; *The Age of Capital, 1848-1875*; *The Age of Empire, 1875-1914* (Hobsbawm, 1962; 1975; 1987). Apesar do manifesto pensador europeu desta obra, que pouco ou nenhum caso faz da Revolução Americana, o seu conceito de “longo século XIX” ajusta-se perfeitamente à abordagem que iremos fazer das relações entre os Açores e os Estados Unidos da América, balizadas entre o último quartel do século XVIII e a Grande Guerra de 1914-1918.

Antes de entrarmos na matéria em apreço, uma palavra para o conceito de “curto século XX”, simétrico do antecedente, que se encontra subjacente a outra obra do mesmo autor – *The Age of Extremes, 1914-1991* (Hobsbawm, 1994) – cujo arco cronológico se confunde com a sua própria história de vida: “For anyone of my age-group who has lived through all or most of the Short Twentieth Century this is inevitably also an autobiographical endeavour”.

O “curto século XX”, compreendido entre o deflagrar da Grande Guerra e a desagregação do Império Soviético, pode ser caracterizado como uma sucessão de conflitos – Grande Guerra, II Guerra Mundial, Guerra Fria – ao longo dos quais se foi afirmando o crescente domínio dos Estados Unidos da América na ordem internacional, de tal forma que parte significativa desse “curto século XX” é em grande medida o “século Americano”, para usarmos a expressão cunhada por Henry Luce nas páginas da revista *Life* em 1941. Neste sentido, o mundo do pós-guerra, isto é, a segunda metade do século XX, surge também associado a um outro conceito, o de *Short American Century* (Bacevich, 2012) que, face às alterações da ordem internacional ocorridas na transição do milénio (Zakaria, 2008), começa agora a tomar contornos bem definidos.

Ora, a percepção que temos das relações bilaterais luso-americanas está invariavelmente confinada ao *short american century*, o que configura uma visão mais geopolítica do que histórica das afinidades entre Portugal e os EUA, onde a posição geoestratégica das ilhas dos Açores surge como o principal ponto de amarração desse relacionamento transatlântico. Quer isto dizer que parte apreciável da literatura especializada sobre este tema está centrada sobre o período da II Guerra Mundial (Vintras, 1975; Andrade, 1993; Antunes, 1995; Peter, 2000; Herz, 2004) e da Guerra Fria (Rodrigues, 2012), com uma natural proeminência para o estudo dos Acordos dos Açores (Ferreira, 1994; Rodrigues, 2005) e das suas sucessivas renegociações ao longo da segunda metade do século XX (Rodrigues, 2000; Oliveira, 2002).

Não será esta a ocasião indicada para recensear aquilo que foi produzido nas últimas décadas em torno deste tópico mas, balanços bibliográficos à parte, pensamos que é fácil identificar o “efeito de eucalipto” que o destacamento militar norte-americano estacionado na Base das Lajes desempenha sobre todos os outros campos do

relacionamento bilateral luso-americano, designadamente aqueles que se situam no perímetro cronológico do “longo século XIX”.

É certo que existem exceções à regra, como são os casos de José Calvet de Magalhães (1991) e Jorge Martins Ribeiro (1997), mas a generalidade dos investigadores – sejam eles filiados na História, Ciência Política ou Relações Internacionais – dedicam pouca atenção ao século XIX norte-americano, reproduzindo assim o silêncio que já caracterizara os intelectuais oitocentistas portugueses relativamente à América do seu tempo, descontando alguns afloramentos dispersos na obra de Almeida Garrett (1830; Cruz, 2007), Antero de Quental (Martins, 2010) e Andrade Corvo (1870; Calafate, 2009).

No que diz respeito aos Açores e à sua posição estratégica no quadro atlântico, mesmo entre os autores que abordaram este tema numa perspetiva histórica – como são os casos de António José Telo (1993) e José Medeiros Ferreira (2011) – a sua análise desenvolve-se a partir da década de 1890, deixando assim para trás quase todo o século XIX, um século em que, como iremos ver de seguida, as ilhas dos Açores, atendendo à contiguidade geográfica e à forte presença consular norte-americana no arquipélago, foram a região de Portugal que mais estreitas ligações manteve com os Estados Unidos da América.

Os *Boston Brahmins* nos Açores: as Famílias Hickling e Dabney

Como observou Douglas Wheeler no Colóquio “Os Açores e as dinâmicas do Atlântico”, promovido em 1987 pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira (Wheeler, 1988), houve duas famílias americanas que tiveram ao longo do século XIX um papel decisivo no estreitamento das relações entre o arquipélago e os Estados Unidos da América: os Hickling e os Dabney. A par dos cargos consulares que desempenharam, envolveram-se em importantes atividades no domínio do comércio e navegação de longo curso, designadamente os Dabney (Costa, 2013), contribuindo desse modo para a integração dos Açores nas rotas da frota baleeira americana, cuja presença no arquipélago se tornou cada vez mais frequente a partir de finais do século XVIII (Warrin, 2010). Ambas as famílias pertenciam aos chamados *Boston Brahmins*, expressão criada em meados do século XIX por Oliver Wendell Holmes para designar a casta brãmane da Nova Inglaterra que completava os seus estudos em Harvard, uma espécie de aristocracia mercantil que era o contraponto, no Norte *yankee*, à *landed gentry* das plantações no Sul escravagista.

A matriz política liberal das famílias Hickling e Dabney teve uma influência significativa nalguns membros da elite açoriana com quem conviveram de perto, designadamente por ocasião do Vintismo e das Guerras Liberais, e o círculo de parentes e amigos que ambas atraíam às ilhas vindos dos Estados Unidos da América deixou marcas indeléveis na sociedade local, produzindo testemunhos literários de grande interesse, como sejam a obra de John White Webster (1821) sobre a ilha de São

Miguel, e os textos que Thomas Wentworth Higginson (2009) dedicou às ilhas do Faial e Pico nas páginas da revista *The Atlantic Monthly* em 1870.

Embora os estudos sobre os Dabney já formem uma lista apreciável, sobre a qual falaremos adiante com maior detalhe, o mesmo não sucede com os Hickling, cujo patriarca, Thomas Hickling Sr. (1745-1834), chegou à ilha de São Miguel em 1769 ainda como cidadão britânico. Após a proclamação da independência em 1776, solicita ao Juiz de Fora e à Alfândega de Ponta Delgada que lhe seja reconhecida a qualidade de agente consular dos “Estados e Províncias Unidas da América Inglesa”, requerimento esse que foi atendido em 1784 com um despacho favorável (Rodrigues, 2010: 53-65). Apesar de se identificar como americano, demarcando-se assim dos *Loyalists* da sua Boston natal, Thomas Hickling prosperou nos Açores graças à sociedade que estabeleceu com o britânico John Anglin na exportação de laranja para Inglaterra, atividade em que foi pioneiro e dominou durante largas décadas (1780-1830), o que explica o vasto património reunido na ilha de São Miguel, do qual ainda hoje restam notáveis traços paisagísticos no vale das Furnas, caso do atual Parque Terra Nostra, bem como singulares testemunhos arquitetónicos na cidade de Ponta Delgada e freguesia do Livramento.

Os negócios com a Europa não quebraram os laços familiares que tinha deixado em Boston, como prova a prolongada visita da filha (do seu primeiro casamento) à ilha de São Miguel entre 1786 e 1789. Catherine Green Hickling (1767-1852), mãe do historiador William Hickling Prescott (1796-1859), escreveu um diário durante essa estadia que é um testemunho precioso sobre a sociedade açoriana nos finais do Antigo Regime, vista pelos olhos de uma jovem americana com vinte anos de idade (Rodrigues, 2010: 85-133). Dez anos depois, em 1796, seria a vez de Thomas Hickling escrever um diário na sua viagem de negócios a França e Inglaterra (Rodrigues, 2010: 67-84), no qual deixa clara a simpatia que sentia pelos valores republicanos ao relatar um episódio vivido em Le Havre, no quadro da Guerra da Vendaia (1793-1796) que então opunha os Realistas ao Diretório – “Na verdade, estou enamorado desta Nação, tem um povo encantador e é um país muito agradável” (Rodrigues, 2010: 75). O afeto pela França explica a decisão de inscrever o seu filho, Thomas Hickling Jr. (1781-1875), então com 15 anos de idade, num colégio em Rouen.

Regressado aos Açores após um ciclo de estudos nas áreas do Desenho e Arquitetura, o jovem Hickling viria a identificar-se com os anseios da sociedade local mais progressista, assinando os jornais da emigração portuguesa liberal que à época se publicavam em Londres e Paris, integrando a Loja Maçónica (União Açoriana) que ergueu colunas em Ponta Delgada (1832) e publicando textos na imprensa micaense em prol da construção de um porto artificial que satisfizesse a vocação agro-exportadora da ilha de São Miguel. Sucedeu ao pai na gestão do património da casa comercial, a qual entrou em pronunciada decadência na década de 1840, quando os

morgados da ilha se começaram a organizar em companhias que exportavam diretamente os frutos das suas quintas para a Grã-Bretanha.

Embora os Hickling tivessem estado sobretudo envolvidos na rede comercial entre os Açores e o Norte da Europa, desempenharam sempre as funções de vice-cônsul dos Estados Unidos da América nas ilhas de São Miguel e Santa Maria, tal como proclama orgulhosamente a lápide tumular do patriarca da família, que jaz sepultado no cemitério (britânico) de St. George em Ponta Delgada: “*Sacred to the memory of Thomas Hickling Esq. who departed this life the 31 Aug. 1834, having filled the office of Vice-Consul of the United States of America in this Island since the Declaration of Independence*”.

Esta inscrição tumular não encontra eco na história oficial do consulado americano nos Açores (Doty, 2006), até porque este só foi instituído 30 anos após a Declaração de Independência. Efetivamente, foi em 1806 que os EUA estabeleceram um Consulado Geral nas ilhas dos Açores. Inicialmente localizado na cidade da Horta (ilha do Faial) e transferido para Ponta Delgada no final da década de 1920, trata-se de uma das mais antigas representações consulares do Departamento de Estado americano em funcionamento ininterrupto, o que por si só diz muito sobre a espessura diacrónica das relações entre os Açores e a jovem república. A criação de uma rede consular americana nas ilhas leva-nos agora aos Dabney que, ao longo de três gerações familiares – John Bass Dabney, Charles William Dabney e Samuel Dabney –, entre 1806 e 1891, desempenharam funções de representação diplomática na cidade da Horta, marcando assim uma época nas “ilhas do canal” (Faial e Pico) a que o investigador Ricardo Manuel Madruga da Costa (2009) chamou, e bem, “o século Dabney”.

Como já referimos atrás, o *corpus* bibliográfico gerado em torno dos Dabney é bastante mais expressivo do que relativamente aos Hickling, o que desde logo traduz o impacto desta dinastia consular nos Açores oitocentista e, muito particularmente, no antigo distrito da Horta (abrangendo as ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo), que Júlio de Castilho (1886), seu Governador Civil entre 1877 e 1878, considerava ser o mais americano do arquipélago. Com efeito, a influência americana não se fez sentir uniformemente em todas as ilhas dos Açores, tendo adquirido uma expressão ímpar na ilha do Faial, dado ser à cidade da Horta, o melhor porto natural de todo o arquipélago, que arribava a numerosa frota baleeira da Nova Inglaterra, cujas barcas levariam depois as primeiras vagas da diáspora açoriana para o continente americano (Warrin, 2010)

A pretexto desta questão e aplicando aos Açores oitocentista uma judiciosa observação de José Medeiros Ferreira (2011: 52), “em termos de receção de influências exteriores, (o arquipélago) não é uma superfície geográfica uniforme perante as potências”, pode-se dizer que enquanto a ilha de São Miguel estava muito ligada à Europa – por via do comércio da laranja, onde os Hickling pontificavam – o Faial

polarizava tudo quanto era tráfego naval e mercantil vindo da Nova Inglaterra, o qual encontrava na Horta um porto seguro onde a presença dos Dabney, além do apoio consular, assegurava ainda serviços de *ship chandler* aos navios e tripulações americanas em trânsito (Costa, 2013).

Apesar da esmagadora maioria desse tráfego marítimo estar relacionado com as atividades da frota baleeira, cabe destacar um episódio que ficou conhecido na História Naval americana pelo nome de *The Battle of Fayal*, a qual teve lugar na baía da Horta a 27 de setembro de 1814 e foi uma das muitas refregas que ocorreram no palco atlântico da Guerra Naval de 1812 que opôs os EUA à Grã-Bretanha. O brigue americano General Armstrong, fundeado junto ao castelo de Santa Cruz, foi atacado por uma flotilha britânica que se dirigia para New Orleans, tendo ripostado com intensidade e infligido pesadas baixas aos inimigos antes de se afundar.

Deixando de lado o enquadramento geopolítico mais vasto deste combate naval, importa sublinhar que o mesmo decorreu nas águas neutrais do porto da Horta e, portanto, o Departamento de Estado americano, então dirigido por James Monroe, sentiu-se no direito de pedir às autoridades portuguesas uma indemnização pela perda do General Armstrong. Portugal, cuja frota mercante era então (1816-1818) alvo dos ataques de embarcações americanas, munidas de cartas de corso e ostentando o pavilhão das “Províncias Unidas do Rio de *la Plata*”, recusou liminarmente o pedido e, através do seu representante diplomático em Washington, o célebre Abade Correia da Serra, pediu satisfações ao Secretário de Estado americano, John Quincy Adams, apontando o dedo aos estragos causados pelos corsários de Baltimore, os quais Correia da Serra apelidava de “frota da barbaria” americana (Davis, 2013).

O que é certo é que o diferendo em torno da “questão do General Armstrong”, embora não tenha colocado em causa as relações de amizade entre as duas nações, arrastou-se durante décadas até ser sanado (a favor de Portugal) pela decisão de uma comissão de arbitragem internacional, presidida por Luís Napoleão de França, em 1852 (Protásio, 2004). Esta querela diplomática, em cujo desfecho esteve envolvido Almeida Garrett (Cruz, 2007), implicou naturalmente trabalhos acrescidos por parte dos representantes consulares americanos nos Açores – John Bass Dabney e Charles William Dabney – e não deixa de ser curioso notar que, tal como sucedeu durante o “curto século XX”, foi no quadro atlântico do arquipélago açoriano que se centrou o ponto nevrálgico das relações bilaterais luso-americanas em pleno “longo século XIX”.

A concluir esta digressão pelos Dabney, uma palavra final para o legado que deixaram à posteridade, um riquíssimo documento de literatura memorialista, os *Anais da Família Dabney no Faial*, compilado por Roxanna Lewis Dabney (Dabney, c. 1899) e dado à estampa numa edição destinada a circular apenas entre os membros da família e que, graças às diligências feitas pelo investigador João Dias Afonso na

década de 1970, foi também depositada nas Bibliotecas Públicas de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada, onde despertou o interesse e curiosidade de alguns investigadores, entre os quais é justo destacar o nome de Mário Mesquita, o primeiro a dar projeção nacional à importância dos Dabney no quadro daquilo que classificou ser o “tropismo americano” dos Açores (Mesquita, 1987: 59-70).

Na sequência do meritório trabalho conjunto do Instituto Açoriano de Cultura e Núcleo Cultural da Horta, que levaram a cabo a tradução para português deste precioso tomo epistolar americano (Dabney, 2004-2006), sucederam-se outras iniciativas, como sejam a publicação de um álbum com fotografias do arquivo da família (Vieira, 2005) e a edição – em português e em inglês – de uma versão abreviada dos *Anais da Família Dabney no Faial*, cuja organização e antologia ficou a cargo de Maria Filomena Mónica (2009; 2013). Perante este pródigo quadro editorial, a que não foi alheio o patrocínio da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, ficaram o público, os investigadores e a memória coletiva bem servidos de material que lhes permita aquilatar a dimensão da presença americana nos Açores do século XIX. É tempo, portanto, de avaliarmos o tema sob um outro prisma, o da perceção que os açorianos tinham dos Estados Unidos da América.

Os Açores e o Tropismo Americano: da Revolução de 1820 ao Fim da Monarquia Constitucional

Socorremo-nos da expressão “tropismo” para designar a inclinação dos Açores pelo modelo de liberdade que lhes apresentava o Novo Mundo, a qual se começou a manifestar entre algumas figuras da primeira geração Liberal nos tempos agitados do Vintismo açoriano. O exemplo mais flagrante desta corrente é um opúsculo publicado em 1822, a *Chorographia Açórica* de João Soares de Albergaria e Sousa (1796-1875) que, logo a abrir, descreve nestes termos o arquipélago: “Os Estados dos Açores, unidos, e que se dizem adjacentes, a Portugal, compreendem as nove Ilhas da América, que formam o Arquipélago, denominado Açores” (Sousa, 1995: 23). O autor era natural da ilha de S. Jorge e a sua visão dos Açores como arquipélago americano não constituía um mero erro de paralaxe geográfica, traduzindo antes um sentimento de afinidade política, como se pode inferir desta passagem elucidativa:

“Os Açorianos em geral vivem na escuridão de seus direitos naturais e primitivos (...) eles curvam-se e obedecem com tanta humildade às autoridades de fora (...) que se vilipendiam e fazem pouca honra ao caráter livre de povos do Novo Mundo, ou Americanos” (Sousa, 1995: 39).

A dispersão territorial do arquipélago em nove parcelas distintas e geograficamente descontínuas levantava o problema de se encontrar uma solução política para a coesão do seu governo e o princípio federal consagrado na Constituição Helvética aparece como um dos modelos recomendados para responder ao desafio de preser-

var a diversidade das ilhas sem atentar contra a unidade arquipelágica. Inspirado pelo ambiente de transformação política da Revolução de 1820, Albergaria e Sousa escreve este opúsculo para, como refere José Guilherme Reis Leite, se dirigir “aos Pais da Pátria reunidos em Lisboa, em Cortes Constituintes” (Sousa, 1995: 14), não sendo portanto de admirar o seu tom panfletário exprimindo os anseios de um grupo de “jovens revolucionários desejosos de afirmação e de intervenção na *República*” (Sousa, 1995: 8). E, por falar em república, não será exagerado afirmar que o autor deixa por vezes subliminarmente enunciada a ideia de uma “República Federal dos Açores”, conforme ao princípio de autogoverno que caracterizava os povos americanos, tal como se infere da apreciação que faz das reformas políticas e administrativas do Marquês de Pombal no arquipélago: “Se esta autoridade (do Delegado do poder real) se conferisse a um Senado, composto de Cidadãos de todas as ilhas, ele teria feito a felicidade geral dos seus habitantes” (Sousa, 1995: 56).

Embora o autor, sempre que fala da América e do Novo Mundo, não tenha em mente os Estados Unidos da América mas sim a América Latina e o Brasil, onde aliás tinha estado entre 1818 e 1820, isso não nos deve desviar da sua manifesta atração pelo “hemisfério americano”, cuja identidade geopolítica seria configurada pouco depois no âmbito da célebre declaração do Presidente James Monroe em 1823 (Sexton, 2011). Entre o realinhamento monárquico e autoritário saído do Congresso de Viena em 1815, que traduz uma velada ameaça europeia contra as lutas anticoloniais em curso no Novo Mundo, e o horizonte de liberdade que se apresenta no “hemisfério republicano” das Américas, Albergaria e Sousa não hesita em perfilar-se junto desta última metade, marcando assim o início de um tropismo americano que atravessa toda a centúria oitocentista nos Açores.

Para melhor avaliarmos este processo, importa também analisar fatores exógenos a Portugal que acabaram por ter impacto no posicionamento dos Açores no quadro transatlântico, vincando o seu caráter de fronteira, e com isto queremos-nos naturalmente referir à importante viragem que se opera na comunidade atlântica com a conhecida “declaração Monroe”, como judiciosamente observou Carlos Gaspar (2013: 337-346) na perspetiva das relações internacionais:

“Originalmente, o Atlântico é um mar europeu, construído, entre o século XVI e o século XVIII, por Portugal, pela Espanha, pela Inglaterra e pela França. (...) A presença de todos confirmava a unidade do “mar europeu”, quando o Novo Mundo e o Velho Continente eram a Europa dos dois lados do Atlântico, ou as duas faces da civilização ocidental. Essa unidade essencial foi desfeita pela Revolução Francesa, ou pela sua degenerescência, e a independência das colónias americanas completou a rutura e dividiu longitudinal e duradouramente o Atlântico. O corte prolongou-se até à entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial e à institucionalização de uma comunidade transatlântica, que recuperou, mas apenas parcialmente, a unidade perdida da esfera ocidental.” (Gaspar, 2013: 337-38)

É tendo presente esta “narrativa atlântica”, bem assim como as implicações do “meridiano de Tordesilhas” delineado pela declaração Monroe, a qual dividiu o Atlântico durante mais de um século, que importa analisar as diferentes tensões que atravessaram a sociedade açoriana ao longo do século XIX. No período subsequente à independência do Brasil e à consolidação do Liberalismo em Portugal, quando a dinâmica política interna da monarquia constitucional afasta o país dos seus antigos destinos ultramarinos, confrontando-o com a realidade europeia, as ilhas dos Açores, fiéis à sua condição de fronteira atlântica, não suspenderam as relações com o “hemisfério ocidental” e foi precisamente em meados do século XIX, antes de eclodir a Guerra Civil Americana (1861-1865), que mais se fortaleceu a aproximação entre a região da Nova Inglaterra e as ilhas que compunham o distrito da Horta, quer por via da presença da frota baleeira, quer pelos numerosos visitantes que passavam pela ilha do Faial a caminho do mirífico ouro da Califórnia (Riley, 2013a), ou simplesmente em busca do clima ameno do arquipélago e da hospitalidade consular garantida pela família Dabney.

Após o fim da Guerra Civil Americana (1865), ultrapassada a prova de resistência à coesão da União, os acontecimentos políticos na vizinha Espanha (implantação da efémera República em 1868) vão desencadear em Portugal uma forte adesão ideológica ao federalismo ibérico e, neste sentido, as elites intelectuais oitocentistas – designadamente alguns membros da Geração de 70 – revelam uma natural curiosidade pela dinâmica política do federalismo americano, que Almeida Garrett (1830) já tinha considerado ser, nos seus tempos da emigração Liberal, “a pedra filosofal de todas as Repúblicas”. Antero de Quental, cujo livro *Portugal perante a Revolução de Espanha* já indiciava um pronunciamento claro sobre a oportunidade do Federalismo Ibérico, resolve empreender uma viagem à América do Norte em 1869, assunto que mereceu recentemente a atenção de Ana Maria Almeida Martins, cujo estudo desfaz a ideia desse périplo ao continente americano ter sido meramente fortuito e acidental (Martins, 2011).

Os sentimentos iberistas que se manifestam na sociedade portuguesa – quer em torno da união dinástica, quer em torno do federalismo ibérico – não encontram grande expressão entre os açorianos que rejeitam qualquer cenário de integração política peninsular e apontam, em alternativa, para a ideia de o arquipélago se colocar sob a proteção dos Estados Unidos da América, ou da Grã-Bretanha, como testemunha o semanário micaelense *A Persuasão* em 1871:

“Na hipótese da união ibérica, deve este arquipélago seguir a sorte da mãe-pátria? E não o desejando, a qual dos países, América ou Inglaterra, mais convirá que fique incorporado; deverá ficar independente sob um protetorado?”.

Perante esta encruzilhada política, algumas vozes – como foi o caso de Teófilo Ferreira, um açoriano da ilha das Flores estabelecido em Lisboa – chegam a projetar a

hipótese do arquipélago formular o seu pedido de adesão à federação norte-americana, abraçando assim uma tendência que já se fazia notar em Cuba, conforme refere Mário Mesquita:

“As insurreições que lavravam em Cuba – na chamada Primeira Guerra da Independência (1869-1878) – serviriam de modelo ao incipiente separatismo açoriano. Assim como os insurretos de Havana apelavam à proteção de Washington contra a dominação madrilena, os separatistas açorianos supunham que também a poderiam alcançar contra a Coroa portuguesa. Já em 1871 o capitão Silva Júnior alertava Lisboa: veja-se o que se está a passar em Cuba” (Mesquita, 1987: 58).

À entrada do último quartel do século XIX, dois fatores irão contribuir ainda mais para o reforço das relações de proximidade entre os Açores e os EUA. O primeiro prende-se com o início do grande ciclo de migrações transatlânticas para o continente norte-americano (Livi-Bacci: 2012), cujo caudal aumenta exponencialmente entre o final da Guerra Civil americana e a Grande Guerra de 1914-18, período em que sucessivas vagas de europeus oriundos das Ilhas Britânicas (Irlanda), Escandinávia, Polónia, Rússia e países do Sul mediterrânico (Grécia, Itália, Espanha e Portugal) vão engrossar a população americana na ordem das dezenas de milhões (Nugent: 1992). Como é sabido, o Brasil foi o destino preferencial da nossa emigração oitocentista, cabendo às ilhas dos Açores, praticamente em exclusivo, fornecer o contingente de população portuguesa que no decurso desse ciclo se fixou nos Estados Unidos da América (Rocha, 2008: 265-305; Mesquita, 2012a). O expressivo fluxo da emigração açoriana ao longo de dois séculos – isto se levarmos em consideração os embarques “a salto” na frota baleeira – não só adquiriu uma amplitude geográfica surpreendente – desde a Nova Inglaterra ao Havai (Miranda, 1999), passando pela Califórnia e Midwest (Warrin, 2013) – como é hoje responsável pela existência de uma comunidade luso-americana que ultrapassa o milhão de habitantes, fator cujo alcance estratégico é por vezes subavaliado pelos investigadores e analistas das relações internacionais. Atente-se, a título de exemplo, que a recente visita (junho de 2015) à Base das Lajes de uma delegação do Congresso Americano foi chefiada por Devin Nunes, *chairman* do sensível “*Permanent Select Committee on Intelligence*”, eleito pelo 22.º Distrito da Califórnia e descendente de pais açorianos nascidos na Fajã dos Vimes, ilha de São Jorge (Diário Insular, 2015: 5).

O segundo fator para o qual gostaríamos de chamar a atenção é o das afinidades que se começam a consolidar nas décadas finais do século XIX entre as elites republicanas dos Açores e os Estados Unidos da América. Como é sabido, algumas figuras do Partido Republicano Português, constituído em 1876, eram de origem açoriana e foi nas ilhas atlânticas que este obteve o seu segundo grande êxito político, com a eleição de Manuel de Arriaga para a Câmara dos Deputados pelo círculo do Funchal (1882). Muito embora tanto ele como Teófilo Braga – outra das figuras tute-

lares do republicanismo português – tivessem feito toda a sua carreira política em Portugal continental, o prestígio por eles aí granjeado contribuiu de forma decisiva para o crescimento do Partido Republicano Português no arquipélago, como de resto comprova o aparecimento de numerosos títulos da imprensa devotados ao combate político republicano, designadamente o semanário *A República Federal* (1880-1888), de Ponta Delgada, em cujas páginas são publicados frequentemente artigos que não só elogiam o sistema político federal americano como vão noticiando os progressos da vida de alguns açorianos aí estabelecidos, caso de José de Sousa Bettencourt, um médico de origem micalense estabelecido em São Francisco, que assegura em 1881 uma interessante série de artigos sobre a Constituição Estadual da Califórnia (Pimentel, 2015). Entre muitos dos textos doutrinários que testemunham a importância do modelo federal americano na propaganda republicana que era feita nos Açores merece destaque um artigo assinado por Teófilo Braga onde se afirma o seguinte:

“Os Estados gregos federaram-se para resistirem contra as invasões da Ásia; (...) as Repúblicas italianas da idade média ligaram-se para resistirem ao despotismo alemão, como os Países baixos se ligaram para vencerem a prepotência monárquica espanhola. (...) as Ligas foram o sebo embrionário das Federações, que os povos que chegaram ao mais alto grau de consciência da sua liberdade, como os Estados Unidos da América, escolheram como estrutura nacional” (*A República Federal*, 1881: 1).

Com o *Ultimatum* de 1890 a vaga de anglofobia que inundou a sociedade portuguesa – designadamente os setores republicanos que dela se aproveitaram para firmar a sua implantação política – reforçou ainda mais a aproximação aos Estados Unidos da América, ou não fossem estes o símbolo histórico mais convincente da emancipação de uma federação republicana relativamente à tutela do Império Britânico. Por falar em símbolos, assinale-se a talhe de foice que o ministro Americano em Lisboa, George S. Batcheller, se desloca à cidade da Horta em 1892 para receber das mãos das autoridades locais o canhão *Long Tom*, cobiçada peça de artilharia do brigadeiro General Armstrong que jazia há mais de setenta anos no castelo de Santa Cruz e que o rei D. Carlos, num gesto de boa vontade, decidiu restituir aos Estados Unidos da América (Reid, 1893: 44) declinando receber como contrapartida um navio rebocador para as ilhas dos Açores. Ficava assim sanado, com galhardia diplomática, um velho prurido nas relações luso-americanas que remontava aos anos (1816-1820) em que Correia da Serra foi embaixador do “Reino Unido de Portugal e Brasil” em Washington (Bourdon, 1975). A situação era agora muito diferente, sobretudo do lado dos Estados Unidos da América, que entretanto tinham começado a emergir na ordem internacional como potência de primeira ordem. O desfecho da Guerra Hispano-Americana de 1898 conferiu aos EUA uma dimensão ultramarina que estava longe de ser consensual na sociedade americana, mas a

tutela dos novos territórios subtraídos à soberania espanhola – Cuba, Porto Rico e Filipinas – deu aos setores mais agressivos da economia as bases para cimentarem a sua influência nas Caraíbas e no Oriente, sobretudo se tivermos em conta a anexação do Havai que, embora marginal à Guerra Hispano-Americana, também ocorreu no ano de 1898. A articulação entre o Pacífico e o Atlântico – crucial para as conceções geopolíticas americanas – emprestou renovado alento ao velho sonho da abertura do istmo do Panamá e Theodore Roosevelt, já no desempenho das suas funções presidenciais (1901-1909), foi o grande obreiro político deste projeto, apoiando a libertação do Panamá (1903) – até então sob o domínio da Colômbia – e criando assim as condições para que a futura abertura das operações no Canal (1914), que levantou tantas expectativas nos Açores (Cordeiro, 2012), decorresse sob o controle dos Estados Unidos da América.

A amplitude marítima do novo espaço geoeconómico americano legitimou as iniciativas presidenciais para que o Congresso aprovasse o financiamento da construção de uma poderosa frota naval – *The Great White Fleet* – que, no final do segundo mandato de Roosevelt, faz uma viagem de circum-navegação (1907-1909) destinada a mostrar ao mundo que os EUA estavam preparados para sair do perímetro da doutrina Monroe (1823), cuja marca de água original – o anticolonialismo no hemisfério americano – seria reinterpretada pelo chamado “corolário Roosevelt” de 1904 (Sexton, 2011: 224-239), segundo o qual o governo de Washington podia assumir a custódia dos países que não estivessem em condições de respeitar os seus compromissos internacionais, como foi o caso do incumprimento financeiro da Venezuela face aos seus credores europeus.

Que outros territórios viria a meter no bolso o expansionismo americano era assunto que não parecia preocupar os partidos políticos da monarquia constitucional portuguesa que assistira imperturbável à anexação do Havai pelos EUA, sem embargo deste arquipélago registar então uma população de 24 mil portugueses – emigrantes madeirenses e açorianos vindos a partir de 1878 para as plantações de cana-de-açúcar (Caldeira, 2005; Medeiros, 2015) – contra 3 mil americanos. A atenção dispensada pela diplomacia portuguesa ao processo de anexação das ilhas do Havai e a sua analogia com o caso açoriano, encontra-se documentada na interessante correspondência¹ enviada pelo embaixador português em Washington, visconde de Santo Tirso, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Henrique Barros Gomes, alertando-o para o efeito pernicioso da influência norte-americana sobre uma população insular maioritariamente constituída por portugueses de origem açoriana:

1 Gostaria de agradecer à investigadora Conceição Tavares o ter-me chamado a atenção para estas cartas e, mais ainda, por partilhar comigo a transcrição que delas fez.

“Por este correio tenho a honra de enviar a V^a Ex^a o relatório da comissão dos negócios estrangeiros do Senado acerca da “joint resolution” para a anexação do Hawai (...) Peço a atenção de V^a Ex^a para os períodos que marquei a páginas 10 e 11 deste relatório, os quais infelizmente confirmam as observações que fiz em ofício anterior acerca da falta de educação dos emigrantes portugueses. A consequência dessa falta de educação – intelectual, moral e política – é a carência de sentimentos nacionais e monárquicos que os fez primeiro contribuir para derrubar a dinastia havaiana, depois entregar nas mãos da minoria americana a direção da república, e por fim desejar ardentemente tornarem-se cidadãos da “Grande República”. Segundo as afirmações do relatório há 24.000 Portugueses no Hawai e 3.000 Americanos. E, no entanto, o elemento americano predomina e o Hawai dentro em pouco pertencerá aos Estados Unidos. Esta inferioridade nossa é um problema grave, e se não se cuidar dele muito a tempo, os Açores podem também num futuro mais ou menos próximo deixar de ser portugueses.” (AMNE, 1898a)

Em carta dirigida ao novo ministro dos Negócios Estrangeiros, Francisco António da Veiga Beirão, com data de 28 de novembro (1898), o embaixador mantinha-se apreensivo acerca da expansão imperial norte-americana e do acolhimento que os arquipélagos atlânticos portugueses lhe poderiam oferecer:

“Permita-me V^a Ex^a, ao terminar este ofício, que insista num ponto de que já tenho tratado em ofícios precedentes. É o perigo que, da expansão colonial dos Estados Unidos, resulta para a nossa soberania nos Açores e na Madeira. Contra este perigo só podemos resistir com o derramamento da instrução, a educação cívica, religiosa e moral das populações das ilhas, e com a autonomia necessária para as ter contentes e ciosas da sua relativa independência. Foi por não ter feito isto a tempo que a Espanha perdeu as Antilhas e, com elas, Porto Rico e as possessões do Pacífico.” (AMNE, 1898b)

A argúcia política de Cyrillo Volkmar Machado, recomendando que as ilhas dos Açores tivessem “a autonomia necessária para as ter contentes e ciosas da sua relativa independência”, não descurava a análise do fenómeno da emigração açoriana para os Estados Unidos da América que corria o risco de, por assim dizer, ter um efeito *boomerang* sobre o próprio arquipélago, conforme assinala esta passagem de nova missiva datada de 28 de maio de 1901:

“(…) Entendo que o Governo de Sua Majestade deve desanimar quanto puder a emigração para os Estados Unidos. O número de Portugueses, súbditos de Sua Majestade ou naturalizados americanos, nunca será tão grande que exerça influência apreciável na política deste país. É inútil e contraproducente fazer hoje aqui o que há quinze e vinte anos se devia ter feito, e se não fez, no Hawai. O campo útil da emigração portuguesa é a África e o Brasil. A emigração para os Estados Unidos não pode trazer senão perigos, com relação ao arquipélago açoriano, para os quais repetidas vezes tenho chamado a atenção do Governo de Sua Majestade.” (AMNE, 1901).

Aproximando-se a viragem para o século XX, não só se manteve esta expressiva corrente migratória como alguns setores da sociedade açoriana manifestavam uma crescente identificação política com a experiência democrática americana, acompanhando atentamente a campanha eleitoral que haveria de conduzir Theodore Roosevelt ao seu segundo mandato (1904-1909) na Casa Branca. Eugénio Pacheco, um membro da elite micalense que no decurso da sua passagem em 1903 por Cambridge, Massachusetts, fundou e dirigiu o jornal *Açores-América* (Ponte, 2014), traça no número de estreia desse semanário uma elegia ao Presidente Theodore Roosevelt, que “(...) pertence já à luminosa fileira dos Washington, dos Franklin, dos Lincoln e de tantos outros que são as mais preciosas glórias da Pátria americana” (Pacheco, 1903). Quanto ao teceirense Alfredo Mesquita (2014), cuja obra *A América do Norte* lhe valeu o merecido epíteto de “Tocqueville português”, também dispensa laudas a Theodore Roosevelt, o qual considera a quintessência da viçosa república – “Roosevelt define, personaliza, realiza o ideal americano: produzir a porção máxima do esforço individual, no máximo proveito da América” (Mesquita, 2014: 390) – ao mesmo tempo que elogia a sociedade americana pelo empenho cívico manifestado no decurso das eleições presidenciais, cujo processo teve oportunidade de testemunhar quando foi aos Estados Unidos visitar a Exposição Universal de St. Louis (1903-1904), que marcava o primeiro centenário da “*Louisiana purchase*” (1803):

“A nenhum outro povo seria possível fazer prova de uma semelhante capacidade de organização (...) observa-se aquele mesmo sentimento unânime que a este povo resoluto (...) encaminhou para a República, e nela o fez achar a forma perfeita e consolidada do seu ardente desejo de ser livre”.

Nas vésperas da implantação da República em Portugal, que o governo de Washington foi lesto a reconhecer, a congenialidade entre os Açores e os Estados Unidos da América – alimentada pelo progressivo caudal da emigração – era maior do que nunca e por ocasião da passagem de Theodore Roosevelt pelo arquipélago em 1909, os jovens setores republicanos da sociedade açoriana não perderam a oportunidade de demonstrar a sua admiração e solidariedade pelo ex-Presidente da “grande Federação Americana”.

Conclusão: os Roosevelt nos Açores

Theodore Roosevelt, no termo do segundo mandato presidencial (fevereiro 1909), teve a oportunidade de concretizar um sonho que há muito acalentava: realizar um safari em África. A sua passagem pelas ilhas dos Açores deu-se no início da travessia transatlântica entre Nova Iorque e Nápoles, quando o paquete alemão da Hamburg-American Line escalou os portos da Horta (29 de março) e Ponta Delgada (30 de março) para largar a mala do correio, tendo o ex-presidente aproveitado a ocasião para desembarcar por algumas horas na qualidade de simples turista. O facto

de Portugal ser ainda uma monarquia, bem como a circunstância da viagem não ter qualquer enquadramento oficial, explica a ausência de autoridades na receção a Roosevelt, mas a sua presença em terras açorianas não passou despercebida à imprensa local, sobretudo no Faial, a mais americana das ilhas dos Açores, onde o jornal *O Telegrapho* (1909) noticiou com grande destaque a breve visita nos seguintes termos: “O ex-presidente da América do Norte (...) manifestou o desejo de desembarcar no Fayal por ser, disse ele, a ilha dos Açores que mais se prende à história dos Estados Unidos”.

Durante a escala em Ponta Delgada, Theodore Roosevelt deu uma rápida volta de carro na companhia do agente consular americano, subindo ao Alto da Mãe de Deus para apreciar uma panorâmica do porto e da cidade. Os estudantes do liceu, cujas inclinações políticas eram manifestamente republicanas, fizeram questão de saudar a visita do ex-presidente acompanhando-o até ao cais da Alfândega no meio de entusiásticos vivas à República dos Estados Unidos da América, “uma das mais democráticas e a mais rica do mundo”, como escrevia o jornal liceal *A Mocidade*, o qual apontava o dedo à indiferença oficial com que tinha sido recebido tão ilustre visitante:

“Mr. Roosevelt, um dos maiores estadistas do mundo (...) esteve entre nós na última terça-feira, 30 de março. Desembarcou como o mais insignificante emigrado, sem uma autoridade o receber, sem o povo o saudar (...) A Academia desta cidade, ainda que tardia e sem grande brilho, tentou remediar a falta que não era sua, mas de alguém que não a deveria ter.” (A Mocidade, 1909)

Numa espécie de ato de contrição coletiva, após o 5 de outubro de 1910 a primeira vereação republicana da Câmara de Ponta Delgada, por proposta de um dos seus membros, Evaristo Ferreira Travassos, tomava a decisão de atribuir “o nome de Passeio Público Theodore Roosevelt ao Passeio Público da Mãe de Deus, como homenagem prestada pela cidade de Ponta Delgada àquele grande cidadão americano pela sua visita em março de 1909” (Riley, 2013b). Esta marca toponímica, hoje caída no esquecimento oficial, foi a primeira a assinalar em terras portuguesas a figura de um presidente americano e, como esperamos ter esclarecido ao longo deste artigo, não causa surpresa que essa primeira demonstração espontânea de homenagem cívica tenha ocorrido precisamente nos Açores.

É certo que a passagem do “turista” Theodore Roosevelt pelos Açores não teve significado político de maior mas, nove anos passados sobre esta escala, o governo de Washington estabelecia em 1918 uma base naval no porto de Ponta Delgada (Correia, 1918) e as elites autonomistas locais, procurando cavalgar o *Wilsonian moment* da autodeterminação (Manela, 2007), manifestaram uma inclinação pró-americana que despertou naturais inquietações no poder central em Lisboa (Mesquita, 2015). Curiosamente, a base de Ponta Delgada seria visitada em junho de 1918 pelo primo mais novo de Theodore Roosevelt, Franklin Delano Roosevelt,

então no desempenho das funções de Subsecretário da Marinha da administração de Woodrow Wilson. Essa, sim, foi uma visita com indubitável significado político e que nos diz muito sobre a nova repartição das forças no Atlântico (Rodrigues, 2008), até então policiado exclusivamente pelo almirantado britânico, mas isso é matéria que já sai fora da alçada do “longo século XIX” que nos propusemos tratar e, além disso, muita investigação recente tem sido publicada sob a égide do “Fórum Açoriano Franklin Delano Roosevelt” (Mesquita, 2012b, 2013), uma iniciativa promovida pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e proposta por Mário Mesquita, que foi aliás o primeiro a interessar-se pelo estudo deste tema na Biblioteca e Arquivo Presidencial de Franklin D. Roosevelt (Mesquita, 1986).

Concluindo esta já extensa digressão, gostaríamos de finalizar deixando vincada a paradoxal centralidade da periferia açoriana enquanto ponto de observação – e enlace – das relações luso-americanas que, no quadro dos sucessivos regimes políticos da História Contemporânea de Portugal, sempre se mantiveram firmemente ancoradas no Atlântico em torno das ilhas dos Açores.

Referências Bibliográficas

- A Mocidade* (1909). Ponta Delgada: Academia de Ponta Delgada n.º 4, 2 abril.
- A República Federal* (1881). Ponta Delgada: Centro Federal Republicano de Ponta Delgada n.º 9, ano II, 14 junho.
- AMNE-Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1898a). *Legação de Portugal em Washington* – caixa 332 (1898-1902), ofícios confidenciais – A, n.º 5, 21 de março 1898.
- AMNE-Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1898b). *Legação de Portugal em Washington* – caixa 332 (1898-1902), ofícios confidenciais – A, n.º 19, 28 de novembro 1898. AMNE-Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1901). *Legação de Portugal em Washington* – caixa 332 (1898-1902), ofícios confidenciais – A, n.º 4, Reservado, 2 de maio 1901.
- Almeida, Onésimo Teotónio de (2014). “O Angrense Alfredo Mesquita: um Tocqueville Português” em Alfredo Mesquita, *A América do Norte*. Lisboa: Tinta da China, pp. 13-36.
- Andrade, Luis (1993). *Neutralidade Colaborante: O Caso de Portugal na Segunda Guerra Mundial*. Ponta Delgada: (s.e.).
- Antunes, José Freire (1995). *Roosevelt, Churchill e Salazar: A Luta pelos Açores, 1941-1945*. Lisboa: Ediclube.
- Bacevich, Andrew J. (ed.) (2012). *The Short American Century: A Postmortem*. Cambridge-Massachusetts: Harvard University Press.
- Bourdon, Léon (1975). *José Corrêa da Serra, Ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil a Washington, 1816-1820*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português.

- Calafate, Pedro (2009). “O Pensamento Político e Geoestratégico de João de Andrade Corvo”. *Estudos Filosóficos* n.º 3, pp. 67-75.
- Caldeira, Susana Catarina Oliveira e Castro (2005). *Da Madeira para o Hawaii: A Emigração e o Contributo Madeirense*. Dissertação de Mestrado em Cultura e Literatura Anglo-Americanas. Universidade da Madeira.
- Castilho, Júlio de (1886). *Ilhas Occidentaes do Archipelago Açoriano*. Lisboa: David Corazzi.
- Cordeiro, Carlos (2012). “O Projeto do Canal do Panamá e as expectativas Açorianas”, em Mário Mesquita e Paula Vicente (coord.), *Potências Emergentes e Relações Transatlânticas*. Lisboa: Fundação Luso-Americana/Tinta da China, pp. 71-80.
- Correia, Aires Jácome (1918). “Base Naval dos Estados Unidos da América do Norte em Ponta Delgada”. *Revista Micaelense* n.º 1, pp. 138-154.
- Corvo, João de Andrade (1870). *Perigos: Portugal na Europa e no Mundo*. Lisboa: Typographia Universal.
- Costa, Ricardo Manuel Madruga da (2009). *O Século Dabney: Uma Perspetiva das Relações entre os Açores e os Estados Unidos da América à Luz da Correspondência Consular, 1806-1892*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Costa, Ricardo Manuel Madruga da (2012). *A Ilha do Faial na Logística da Frota Baleeira Americana no “Século Dabney”*. Lisboa/Horta: Centro de História de Além Mar/Observatório do Mar dos Açores.
- Cruz, Duarte Ivo (2007). *Garrett e os Estados Unidos da América*. Lisboa: Fundação Luso-Americana/Editora Civilização.
- Dabney, Roxana Lewis (c. 1899). *Annals of the Dabney family in Fayal*. Boston: Press of Alfred Mudge & Son, 3 vols..
- Dabney, Roxana Lewis (2004-2006). *Anais da Família Dabney no Faial*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura/Núcleo Cultural da Horta, 3 vols..
- Davis, Richard Beale (2013). *O Abade Correia da Serra na América, 1812-1820*. Lisboa: ICS-Imprensa de Ciências Sociais.
- Diário Insular* (2015). “Centro de Informação nas Lajes permite poupanças colossais”, n.º 21.539, 3 julho, p. 5.
- Doty, William F. (2006). *Esboço Histórico do Consulado Americano nos Açores*. Horta: Núcleo Cultural da Horta.
- Ferreira, José Medeiros (1994). “As Relações Luso-americanas no Século XX: A Descoberta do Plano Bilateral”. *Ler História* n.º 25, pp. 71-87.
- Ferreira, José Medeiros (2011). *Os Açores na Política Internacional*. Lisboa: Tinta da China.
- Garrett, Almeida (1830). *Portugal na Balança da Europa: Do que tem Sido e do que ora lhe Convém ser na Nova Ordem de Coisas do Mundo Civilizado*. Londres: S. W. Sustenance.

- Gaspar, Carlos (2013). “Narrativas Atlânticas”, em Mário Mesquita e Paula Vicente (coord.), *O Mar na História, na Estratégia e na Ciência*. Lisboa: Tinta da China, pp. 337-346.
- Herz, Norman (2004). *Operação Alacrity: Os Açores e a Guerra no Atlântico*. Vila do Porto: Câmara Municipal de Vila do Porto.
- Higginson, Thomas Wentworth (2009). *O Faial e os Portugueses*. Horta: Núcleo Cultural da Horta.
- Hobsbawm, Eric (1962). *The Age of Revolution, 1789-1848*. London: Weidenfeld and Nicholson Ltd.
- Hobsbawm, Eric (1975). *The Age of Capital, 1848-1875*. London: Weidenfeld and Nicholson Ltd.
- Hobsbawm, Eric (1987). *The Age of Empire, 1875-1914*. London: Weidenfeld and Nicholson Ltd.
- Hobsbawm, Eric (1994). *The Age of Extremes, 1914-1991*. London: Michael Joseph.
- Livi-Bacci, Massimo (2012). *A Short History of Migration*. Cambridge: Policy Press.
- Magalhães, José Calvet de (1991). *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América, 1776-1911*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Manela, Erez (2008). *The Wilsonian Moment: Self-Determination and the International Origins of Anticolonial Nationalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Martins, Ana Maria Almeida (2011). *Antero de Quental e a Viagem à América: Remando Contra a Maré*. Lisboa: Tinta da China.
- Medeiros, João Luís (2015). *A Emigração Micaelense para o Havai (1879-1883)*. Relatório apresentado ao 3.º ciclo de estudos em História Insular e Atlântica, séculos XV-XX. Universidade dos Açores.
- Mesquita, Alfredo (2014). *A América do Norte*. Lisboa: Tinta da China.
- Mesquita, Mário (1986). “A Escala de Roosevelt nos Açores durante a Primeira Guerra Mundial”. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIV, pp. 45-47.
- Mesquita, Mário (1987). *A Regra da Instabilidade: Textos políticos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Mesquita, Mário (coord.) (2012a). *Galiza-Açores: A Rota Americana*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Mesquita, Mário e Vicente, Paula (coord.) (2012b). *Potências Emergentes e Relações Transatlânticas*. Lisboa: Fundação Luso-Americana/Tinta da China.
- Mesquita, Mário e Vicente, Paula (coord.) (2013). *O Mar na História, na Estratégia e na Ciência*. Lisboa: Fundação Luso-Americana/Tinta da China.
- Mesquita, Mário (2015). “A Base Americana Dentro da Cidade”. *Ter Opinião* n.º4, Jan-Jun, pp. 152-159.

- Miranda, Sacuntala de (1999). *A Emigração Portuguesa e o Atlântico, 1870-1930*. Lisboa: Salamandra.
- Mónica, Maria Filomena (dir.) e Sousa, Paulo Silveira (notas) (2009). *Os Dabney: Uma Família Americana nos Açores*. Lisboa: Tinta da China.
- Mónica, Maria Filomena (dir.) e Sousa, Paulo Silveira (notas) (2013). *The Dabneys: A Bostonian Family in the Azores, 1806-1871*. Lisboa/New Bedford: Fundação Luso-Americana/New Bedford Whaling Museum.
- Nugent, Walter (1992). *Crossings: the Great Transatlantic Migrations, 1870-1914*. Indianapolis: Indiana University Press.
- Oliveira, Pedro Aires de (2002). “Uma Mão Cheia de Nada? A Política Externa do Marcellismo”. *Penélope* n.º 26, pp. 93-122.
- Pacheco, Eugénio (1903). “O Presidente Teodoro Roosevelt”. *Açores-América* n.º 1, 14 fevereiro 1903.
- Peter, Felicitas von (2000). “Apanhados de Surpresa? A Embaixada Alemã e o Acordo dos Açores”. *Penélope* n.º 22, pp. 35-51.
- Pimentel, Afonso (2015). *Emigração Açoriana: os Estados Unidos na Perspetiva da Elite Republicana Micaelense (1880-1888)*. Relatório apresentado ao 3.º ciclo de estudos em História Insular e Atlântica. Universidade dos Açores.
- Ponte, Lusa M. (2014). “Percurso Identitários na Diáspora Açoriana: O Jornal *Açores-América* (1903). *Interdisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies* n.º1, pp. 221-246.
- Protásio, Daniel Estudante (2004). “O 2º Visconde de Santarém e a Questão do Corsário General Armstrong”. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, vol. 122, pp. 71-88.
- Reid, Samuel Chester (1893). *The History of the Wonderful Battle of the Brig of War General Armstrong with a British Squadron at Fayal, 1814*. Boston: L. Barta & Co.
- Ribeiro, Jorge Manuel Martins (1997). *Comércio e Diplomacia nas Relações Luso-americanas, 1776-1822*. Dissertação de doutoramento em História Moderna e Contemporânea, 2 vols. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Riley, Carlos Guilherme (coord.) (2013a). *Um Observador Observado. Edição Comentada e Traduzida da obra de SILAS WESTON. Visit to a Volcano, or What I Saw at the Western Islands (Providence: 1856)*. Horta: Núcleo Cultural da Horta.
- Riley, Carlos Guilherme (2013b). *A Escala de Theodore Roosevelt nos Açores em 1909: Um Ponto de Vista Periférico sobre as Relações Luso-americanas nos Séculos XIX-XX*. Comunicação apresentada ao II Congresso de História Contemporânea. Universidade de Évora, 16-18 maio.
- Rocha, Gilberta (2008). “O Crescimento da População e os Novos Destinos da Emigração”, em Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas Meneses e José Guilherme Reis Leite (dir.), *História dos Açores: do Descobrimento ao Século XX*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, vol. II, pp. 265-305.

- Rodrigues, Henrique Aguiar Oliveira (2010). *Thomas Hickling: Subsídios para uma Biografia*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- Rodrigues, Luís Nuno (2000). "As Negociações que Nunca Acabaram: a Renovação do Acordo das Lajes em 1962". *Penélope* n.º 22, pp. 53-70.
- Rodrigues, Luís Nuno (coord.) (2004). *Portugal e o Atlântico: 60 Anos dos Acordos dos Açores*. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa.
- Rodrigues, Luís Nuno, (coord.) (2008). *Franklin Roosevelt e os Açores nas Duas Guerras Mundiais*. Lisboa: Fundação Luso-Americana.
- Rodrigues, Luís Nuno (2012). "Portugal, o Atlântico e o início da Guerra Fria", em Mário Mesquita e Paula Vicente (coord.), *Potências Emergentes e Relações Transatlânticas*. Lisboa: Fundação Luso-Americana/Tinta da China, pp. 83-102.
- Sexton, Jay (2011). *The Monroe Doctrine: Empire and Nation in Nineteenth-Century America*. New York: Farrar, Strauss and Giroux.
- (O) *Telegrapho* (1909). Horta: Tipografia de "O Telégrafo" n.º 4.544, 30 março.
- Telo, António José (1993). *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898-1948)*. Porto: Edições ASA.
- Vieira, João Gomes (2005). *Família Dabney, Fayal-Azores: Memória de um Legado*. Lisboa: Intermezzo-Audiovisuais, Lda.
- Vintras, Roland Eugene (1975). *História Secreta da Base dos Açores (The Portuguese Connection)*. Lisboa: Ulisseia.
- Warrin, Donald (2010). *So Ends this Day: The Portuguese in American Whaling. 1765-1927*. Dartmouth-Massachusetts: Center for Portuguese Studies and Culture.
- Warrin, Donald (2013). *Land, as Far as the Eye Can See: Portuguese in the Old West*. Updated Edition. Dartmouth-Massachusetts: Tagus Press-UMass Dartmouth.
- Wheeler, Douglas (1988). "The Azores and the United States (1787-1987): Two Hundred Years of Shared History". *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* n.º1, pp. 55-71.
- Webster, John White (1821). *A Description of the Island of St. Michael, Comprising an Account of its Geological Structure*. Boston: R.P. & C. Williams.
- Zakaria, Fareed (2008). *The Post-American World*. New York: W.W. Norton & Company.